

JOSÉ ANIBAL CHAMA A POLÍCIA E REITORES SE CALAM

O princípio classista da ordem, segundo o qual “a questão social é um caso de polícia”, síntese da política da Velha República, foi reeditado, de forma grotesca, na repressão ao ato público que se realizava, no dia 13 de abril, diante da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado em São Paulo. Organizado pelo Fórum das Seis, o ato reuniu cerca de 1200 docentes, funcionários e estudantes, que se manifestavam em defesa da pauta de reivindicações aprovada pelas entidades, objeto da iminente negociação com o Cruesp.

O atual titular da pasta, deputado José Anibal, do PSDB, a pretexto de sentir-se incomodado pelo “barulho” do carro de som do Sintusp, chamou a polícia. Tropa de choque, camburões, tiros de escopeta, bombas de gás lacrimogêneo e spray irritante somaram-se a tradicionais ameaças e golpes de cassetete. A violência substituiu a negociação.

Teria sido tamanha truculência desencadeada pelo “barulho”? É bom lembrar que, em maio de 1999, os jornais da Unicamp e da Unesp publicaram uma longa entrevista com José Anibal, na qual o secretário expressava uma concepção de universidade totalmente antagônica à que costumam defender os que têm participado da construção do conhecimento e da cultura neste País. É oportuno destacar esta afirmação do secretário: a universidade “tem que ser um recurso de setor produtivo que ele possa usar, a que ele possa recorrer para agregar tecnologia a seu produto”. O ponto de vista do deputado não prenuncia simpatia por qualquer manifestação em defesa da universidade pública, autônoma, gratuita e de qualidade.

E os reitores, que deveriam ser os maiores defensores da Universidade, o que fizeram no dia 13? Omitiram-se. Ou melhor: silenciaram. Um silêncio significativo, obsequioso, servil. Calaram-se diante da arbitrariedade, da truculência, quando deviam ter em mente que são, antes de tudo, membros e representantes da comunidade universitária. Calar é consentir. Ou melhor: é servidão voluntária. Os reitores têm mandato, status de secretário de Estado e devem, em grande medida, o seu

poder à comunidade que os escolheu. Calar-se é dizer sim ao arbítrio e à violência.

O que se esperaria de representantes eleitos? Minimamente, denunciar o arbítrio, retirar-se do Palácio e colocar-se, ombro a ombro, entre os manifestantes. Com o seu silêncio, os reitores isolaram-se ainda mais da comunidade que certamente não reagirá se, num futuro próximo, a truculência vier bater também à porta dos seus gabinetes. Sem garantias à livre manifestação, como poderão sobre-



Foto: Daniel Garcia / Adusp

viver as liberdades individuais e/ou de pensamento, que são vitais à universidade e à sociedade?

Conclui-se que as Reitorias acatam o “rumo” apontado por José Anibal (ver a chamada do Jornal da Unicamp para a referida entrevista do Secretário): fim da autonomia universitária, fim da liberdade de pensamento, caminho aberto à truculência.

Não é lícito calar diante desses fatos. Agredidos não foram apenas os professores, funcionários técnico-administrativos e estudantes presentes. A instituição universitária foi duramente atingida. Num momento em que, no País e no Estado, busca-se difamá-la, a fim de exterminá-la, o clamor da comunidade indignada tem como resposta o silêncio dos reitores.

No dia 13, de uma hora para outra, as palavras de ordem dos oradores do movimento sindical foram silenciadas pela brutalidade. O fotógrafo do DCE da USP foi agredido e levado pelos policiais enquanto produzia uma imagem “suspeita”. Uma diretora do Sintusp, acusada de desacato pelo comandante da Polícia Mili-

tar, foi perseguida dentro do prédio da Secretaria e saiu arrastada e algemada, à revelia dos esforços da comissão de negociação, formada de improviso pelo Fórum. Pouco antes, ela e companheiras haviam sido impedidas de lavar o rosto, atingido pelo gás lacrimogêneo, através do fechamento do registro de água da Secretaria.

Para o Fórum, a negociação salarial foi substituída por três horas, tensas, de negociação de direitos humanos, até que os portões fossem, finalmente, rea-

bertos e os manifestantes, que se mantiveram ordeiros, pacíficos, pudessem sair. Só às 5h da manhã do dia seguinte seriam libertados os três presos. Enquanto nossos representantes levavam trancos de policiais na tentativa de proteger a companheira agredida, os reitores permaneciam fechados na sala de reuniões, mostrando, com a sua omissão, de que lado estavam.

Foi nessa atmosfera, remanescente dos tempos do AI 5, que os dirigentes do Fórum receberam, sob a alegação de que não havia clima para negociação, esta sumária e indecorosa proposta: 7% de reajuste salarial+abono de produtividade para os ativos, diferenciado por Universidade. À brutalidade policial o Cruesp somava a ilegalidade: tentava quebrar a isonomia constitucional entre os aposentados e os trabalhadores no exercício de suas funções e, também, a isonomia entre a universidade.

Esse pode ser o “rumo” do secretário-deputado. Seguramente não é o nosso. A universidade saberá resistir mais uma vez ao arbítrio e à prepotência.

Veja o resultado da submissão dos reitores ao “rumo” apontado por José Anibal

(ver entrevista no Jornal da Unicamp, nº 142, 1999)

Foto: Daniel Garcia / Adusp



Eis o respeito e aprimoramento:

- Nenhuma crítica à violência policial;
- 7% pelo índice Fipe;
- Maio de 98 como base de cálculo;
- Quebra da isonomia;
- Renegociação do segundo semestre adiada *sine die*.

CRUESP
 Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas

PROPOSTA DO CRUESP PARA NEGOCIAÇÃO DE SALÁRIOS E BENEFÍCIOS

Conforme entendimentos ocorridos em reunião de 03/04/2000 do CRUESP com o Fórum das Seis, realizada na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, o CRUESP propõe:

- 1) Antecipação da recomposição salarial e/ou outros benefícios, como decorrência de negociações ocorridas durante o mês de abril, respeitados princípios gerais de isonomia que têm sido praticados até o presente;
- 2) Política salarial tendo por horizonte abril/2002 ou quando circunstâncias emergenciais de grande relevância exigirem reuniões extraordinárias;
- 3) O cronograma de trabalho do CRUESP com o Fórum das Seis estabelece reuniões a serem realizadas nos dias 13/04 – às 16:00 horas e 19/04 – às 10:00 horas na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

Esta proposta adota como princípios para negociação o espírito de franqueza e o respeito mútuo, devendo ser entendida como sujeita a aprimoramento contínuo.

CRUESP
 Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas

COMUNICADO CRUESP Nº 01/2000

A reunião marcada para o dia 13/04 na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico para o início das negociações entre o CRUESP e o Fórum das Seis, com vistas a recomposição salarial, foi suspensa devido a incidentes entre manifestantes e a Polícia Militar.

A fim de não retardar a divulgação de informações que vêm sendo aguardadas pela Comunidade, transcrevemos a seguir a íntegra da proposta do CRUESP:

“O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas, com o propósito de recuperar o poder aquisitivo dos salários de seus servidores docentes e técnico-administrativos, fixa em 7% a recomposição salarial. Esse percentual toma como base o índice Fipe acumulado a partir da revisão salarial de maio de 1998.

Com esse reajuste, e mais uma valorização em pecúnia, a ser definida por cada uma das 3 Universidades, o CRUESP reafirma a sua determinação de estabelecer uma política de remuneração e benefícios coadunada com as reais possibilidades orçamentárias e financeiras.

Finalmente o CRUESP propõe reunir-se com o Fórum das Seis para tratar itens associados à negociação salarial quando: a) o comprometimento acumulado do ICMS com salários, no conceito da planilha CRUESP, atingir 85% na Universidade de maior comprometimento acumulado e b) a inflação acumulada, medida pelo IPC/Fipe atingir 6% e c) esta reunião não ocorrerá antes de novembro do corrente ano.”

O CRUESP

A difícil arte da prática democrática

Adolpho Hengeltraub

Três membros da diretoria da ADUNICAMP, Reis, Zago e Adolpho, chegaram à entrada do Palácio dos Campos Elíseos às 16h do dia 13 passado, vindos de reunião preparatória do Fórum das Seis. Iam participar da reunião com o Cruesp.

No Palácio fica a Secretaria de Ciência e Tecnologia, da qual é titular o deputado José Aníbal, do PSDB. A entrada normalmente se dá pelo portão dos fundos, que fica na Rua dos Guaianazes, paralela da Av. Rio Branco, para onde está voltada a frente do Palácio. A rua estava tomada. Estudantes, funcionários e docentes das três universidades públicas paulistas e do Centro Paula Souza faziam uma grande manifestação.

O foco das atenções era um carro de som pertencente ao Sintusp, que estava lá por deliberação do Fórum das Seis, para organizar a manifestação. Um problema: incomodado pela presença do carro de som, o Secretário José Aníbal mandou a PM dar um jeito.

Havia vários PM à volta do carro de som e alguns cuidando do portão de entrada do Palácio. Deixaram-nos entrar, os três, no pátio do Palácio, onde já havia um grande número de manifestantes.

Lá fora, repentinamente, o clima ficou quente. O comandante do destacamento policial, Major José Everardo, com uma folha de 30 anos de bons serviços, segundo declarou mais tarde, havia arrancado o microfone da mão do Kiko, diretor do STU. Vários manifestantes exigiram a devolução do microfone. Começou um empurra-empurra e, de repente, os policiais saíram correndo atrás de um estudante da USP, que foi agarrado e detido. Procurando evitar que o estudante fosse resga-

tado por seus bravos companheiros, os PM formaram duas filas, isolando o trecho da Rua dos Guaianazes, onde o estudante estava detido. Cometeram um erro tático. Desgarneceram o portão de entrada, pelo qual passou o carro de som, entrando no pátio do Palácio. Os PM correram frustrados. Fecharam o portão, mas o carro já estava lá dentro.

Neste episódio fomos brindados com alguns disparos de escopeta, uma ou outra bomba de gás lacrimogêneo e alguns jatos de spray irritante. Foi socorrido um PM. Apresentava um um corte na

“
Feridos, correria, arbitrariedades policiais, tiros de escopeta, nervos à flor da pele. Tudo isto porque o secretário, deputado José Aníbal, não queria o carro de som e, para livrar-se dele, chamou a polícia.

altura do malar esquerdo, produzido por algo arremessado contra ele.

Eu, que tinha voltado para o pátio interno, vi o professor Coggiola, que procurava entrar. Ponderei a um dos PM que montavam guarda ao portão ser ele um dirigente, parte da comissão de negociação, e que deveria entrar. O soldado disse que somente com ordens do major isto seria possível. O major, por sua vez, afirmou que ninguém mais entraria. Pelo contrário, havia solicitado reforços. Tropa de choque estava a caminho para evacuar to-

talmente o pátio do Palácio, retirando os manifestantes e o carro de som.

O sr. Rubens, assessor do Secretário José Aníbal, ao ser por mim informado da vinda de tropa de choque, negou esta possibilidade. Errou. Chegou um Brucutu junto com várias reluzentes peruas da nova frota da PM. Traziam muitos soldados e oficiais, justamente da tropa de choque. Viu-se que era uma operação de vulto, comandada que era por um coronel PM.

Chamado para a reunião com o Cruesp, o Fórum manifestou-se pela ação conjunta dos reitores e representantes, com o apoio de dois deputados estaduais que, informados dos acontecimentos, compareceram ao Palácio para nos proteger de eventuais violências policiais; ação no sentido de libertar o estudante preso, além do fotógrafo a serviço do DCE da USP, que fora detido, algemado e conduzido ao 77º DP por não querer entregar o material fotográfico. O presidente do Cruesp acatou a sugestão do Fórum e suspendeu a reunião.

Ao sair, constatamos que o Major Everardo queria prender a diretora Nely do Sintusp. Alegava que ela o havia ofendido quando ele tinha arrancado o microfone da mão do Kiko. Depois de muito deixa disso, relaxou a prisão, mas não abria mão de identificá-la para a elaboração de um BO.

Lá fora, o Coronel comandante da tropa de choque exigia a retirada do carro de som. O Fórum recomendou que isso fosse feito. Alguns companheiros, talvez por não ter conhecimento de que a tropa de choque estava, através do seu comando, ficando impaciente, relutaram em tomar tal medida. Queriam garantias da integridade fisi-

continua

continua

ca dos manifestantes e de que a companheira Nely não seria presa.

Foram informados de que o Major já tinha garantido aos dois parlamentares que apenas queria identificá-la e que o comandante da tropa de choque garantia a não intervenção dos seus comandados. O carro de som saiu, pelo portão da frente, junto com a massa, pacificamente.

Dentro do Palácio, Nely, convencida pela advogada do Sintusp, concordou em ser identificada. Dirigiu-se a um dos salões do Palácio segura por uma policial feminina. Vários presentes, considerando abusiva esta ação, tentaram, delicadamente, liberar a companheira. O major, aos gritos, pediu algemas, e, apesar das tentativas enérgicas dos presentes, inclusive de um dos parlamentares, algemou a companheira, que foi levada ao 77º DP, acompanhada de membros do Fórum e da advogada. Só saíram de lá de madrugada. Também no fim da noite, foram soltos os demais detidos, mediante a intervenção de companheiros do Fórum, dos parlamentares e do advogado Eduardo Greenhalg.

Ao chegar ao IML, já ao raiar do dia, Magrão, presidente da Adusp, e Tato, coordenador do Fórum, que acompanhavam o estudante libertado, que ia submeter-se a um exame de corpo de delito, depararam-se com o PM ferido, que estava lá pela mesma razão.

Feridos, correria, arbitrariedades policiais, tiros de escopeta, nervos à flor da pele. Tudo isto porque o secretário, deputado José Aníbal, não queria o carro de som e, para livrar-se dele, chamou a polícia. **Os reitores presentes pediram-lhe que mandasse a polícia embora? Não sei. Gostaria de poder afirmar que sim.**

Ética na política

Em 18 de março, o Sintusp encaminhou ao coordenador do Fórum das Seis cópia de documento intitulado “Política de Remuneração e Benefícios” que a reitoria da USP encaminhara aos seus diretores de Unidades. No seu item 2, há a proposta de um abono “a título de produtividade institucional”, que **quebra a paridade de salários entre aposentados e não aposentados**. Viola uma das cláusulas pétreas da Constituição, a do direito adquirido.

Em 3 de abril, durante reunião do Cruesp com o Fórum das Seis, o professor Marcovitch, atual presidente do Cruesp, afirmou, pelo menos três vezes, que o reajuste salarial, a ser definido, seria aplicado já na *folha de abril*. De sua parte, o professor Hermano, reitor da Unicamp, afirmou, durante reunião da CAD (Câmara de Administração, órgão

do Consu), que o reajuste seria aplicado sobre a *folha de maio*, **rompendo assim a isonomia salarial** com a USP. Isonomia essa que ele mesmo havia afirmado defender em reunião que manteve recentemente com a diretoria da ADUNICAMP. Mais ainda, contradisse também o item 1 da proposta de 4 de abril, encaminhada pelo Cruesp ao Fórum das 6, que fala de “Antecipação da recomposição salarial...”. O que pretende o professor Hermano? Desacreditar o presidente do Cruesp? Implodir com o Cruesp juntamente com a isonomia salarial?

É preciso que os *reitores tenham em mente que foram eleitos*, o que os obriga a manter relação respeitosa com a comunidade universitária e seus princípios.

Esta comunidade não aceitará calada que os reitores, por atos de vontade, extingam direitos e quebrem princípios éticos.

Assembléia Geral

Dia 18 de abril (terça-feira), às 12 horas, no auditório da Adunicamp.

Compareça.

Só a mobilização pode reverter esse quadro de desrespeito.